

Multi teme livre negociação

O senador Roberto Campos (PDS-MT), já no apagar das luzes da sessão de ontem do Senado, fez uma revelação ao plenário, onde, no momento, só estavam presentes representantes oposicionistas. A revelação é esta: não são os sindicatos que não querem o estabelecimento da livre negociação entre os empregados e empregadores; são as multinacionais que se opõem a esse sistema, por temer que, em cada pendência, se criem controvérsias nacionalistas.

Campos deu a origem dessa informação, explicando que a ouviu diretamente dos ministros Delfim Netto, do Planejamento, e Ernane Galvães, da Fazenda, numa recente conversa com eles.

O senador eleito por Mato Grosso é defensor da livre negociação e fez aquelas colocações depois de ouvir um discurso do representante oposicionista Pedro Simon, do PMDB gaúcho, de franca condenação ao anunciado expurgo de determinados componentes do INPC, pelo qual se regem os reajustamentos salariais. Simon disse esperar que o anúncio não se concretize e surgeria a normalização da vida democrática do País, como melhor receita para a solução da crise. A seu ver, a crise virá seguramente com um novo modelo econômico e social, que, no entanto, passa necessariamente por mudanças políticas.

GREVES

Pedro Simon, no seu discurso, disse que no Brasil, na verdade, existe uma lei contra a greve e não uma lei de greve, com o que, no entanto, não concordou Roberto Campos. Ele garantiu que a legislação brasileira assegura esse direito, exigindo apenas o cumprimento de determinados ritos, como a votação das greves por maioria, como meio de evitar a sua de-

flagração por iniciativa de minorias ativistas.

Como sempre faz, Campos deu exemplos, lembrando que na Inglaterra o número de greves depois que ali foi instituído o chamado "voto postal", que permitiu a manifestação efetiva da maioria dos integrantes dos sindicatos e não apenas das minorias.

DESEMPREGO

Ao se referir a um aparte do senador Hélio Gueiros (PMDB-PA) ao discurso de Simon, o senador governista disse não ser contra o salário, como dissera o representante do Pará. "Sou, isto sim, contra o desemprego". E mostrou que o atual sistema de reajustes por lei, através do INPC, provoca desemprego.

Campos se declarou objetivo e franco, notando que é preciso deixar de lado de uma vez a demagogia. Essa sua peculiaridade foi lembrada como diferente da posição revelada pelos oposicionistas que ontem criticaram as posições do ex-embaixador.

Nessa ordem de idéias, Roberto Campos repeliu a qualificação que lhe atribuiria Pedro Simon, que chamou o senador pedessista de **transaculturado**. Corrigiu dizendo que sua cultura é greco-romana, em virtude de seus estudos num seminário.

Corrigiu igualmente a insistência com que muitos ainda situam o Brasil como nação do Terceiro Mundo, quando os próprios terceiro-mundistas não nos aceitam como tal. Há no Brasil, a seu ver, muitas áreas, especialmente o Sul do País, que podem perfeitamente receber a qualificação de regiões desenvolvidas.

Ele acha que o Brasil se encamina rapidamente para a qualificação de país desenvolvido e deu um exemplo: 50% da nossa produção exportável são manufaturados.